

Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema

Munir Jorge Felício

Mestre em Educação pela Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE (2002)

Professor da UNOESTE

Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA

Endereço profissional: Universidade do Oeste Paulista – Rodovia Raposo Tavares, km 572,

Limoeiro, 19.067-175 – Presidente Prudente, SP, Brasil

Telefone: (18) 3229-2060

Endereço eletrônico: munir@unoeste.br

Resumo

Esse texto é uma leitura geográfica da ação pastoral desenvolvida pela Diocese de Presidente Prudente (SP), no período histórico de 1976 até 2005. A ação pastoral contribui, interfere e é fruto de um dinâmico processo, no interior do qual encontram-se interceptados aspectos geográficos, econômicos, sociais, políticos, culturais e religiosos. A leitura geográfica é resultado do debate de paradigmas da questão agrária e da ação pastoral. A compreensão da ação pastoral é fruto da discussão de dois paradigmas eclesiais: Igreja como cristandade e Igreja como Povo de Deus. A compreensão da questão agrária é resultado da discussão de dois paradigmas: o paradigma do capitalismo agrário e o paradigma do campesinato. O Pontal do Paranapanema é uma região onde estão presentes diferentes ações sociais responsáveis por inúmeros conflitos advindos da grilagem da terra e da luta pela reforma agrária. A ação pastoral participa desse processo por interferir nele e também é seu fruto. Esse quadro referencial propicia análise das concepções subjacentes às atuações pastorais concretizadas no período determinado. Por fim, revela que a ação pastoral não se restringe ao ambiente litúrgico, mas ocupa as ruas, espacializa-se nos domínios públicos provocando conflitos, pois é impulsionada pela conflitualidade.

Palavras-chave: ação pastoral, questão agrária, campesinato, conflitualidade.

Resumen

Acción pastoral e cuestión agraria en el "Pontal do Paranapanema"

Ese texto es una lectura geográfica de la acción pastoral desarrollada por la Diócesis de Presidente Prudente (SP), en el período histórico de 1976 hasta 2005. La acción pastoral contribuye, interviene y es fruto de un dinámico proceso, en cuyo interior se encuentran interceptados aspectos geográficos, económicos, sociales, políticos y culturales. La lectura geográfica es resultado del debate de paradigmas de la cuestión agraria y de la acción pastoral. La comprensión de la pastoral es fruto de la discusión de dos paradigmas eclesiales: Iglesia como cristiandad e Iglesia como Pueblo de Dios. La comprensión de la cuestión agraria es resultado de la discusión de dos paradigmas: el paradigma del capitalismo agrario y el paradigma del campesinato. El Pontal do Paranapanema es una región donde están presentes diferentes acciones sociales responsables por inúmeros conflictos advenidos de la falsificación de documentos de la tierra y de la lucha por la reforma agraria. La acción pastoral participa de ese proceso por intervenir en él y también es su fruto. Ese cuadro referencial propicia análisis de las concepciones subyacentes a las actuaciones pastorales concretadas en el período determinado. Por fin, comprueba que la acción pastoral no se restringe al ambiente litúrgico, pero ocupa las calles, se espacializa en los dominios públicos provocando conflictos, pues es impulsionada por la conflitualidad.

Palabras clave: acción pastoral, cuestión agraria, campesinato, conflitualidad.

Abstract

Pastoral action and agrarian question in the "Pontal do Paranapanema"

This text is a geographic reading of the pastoral action developed by the Diocese of Presidente Prudente (SP), in the historical period from 1976 to 2005. The pastoral action contributes, intervenes and is fruit of a dynamic process, in the interior of which they meet intercepted geographic, economic, social aspects and cultural politicians. The geographic reading is resulted of the agrarian question paradigms debate and the pastoral action. The understanding of the pastoral action is fruit of two religious paradigms: Church as Christianity and Church as People of God. The understanding of the agrarian question is resulted of two paradigms: the agrarian capitalism paradigm and the agricultural worker paradigm. The "Pontal do Paranapanema" is a region where different social actions are presented and are responsible for innumerable conflicts of the illegal occupancy of landed property and the fight for the agrarian reform. The pastoral action participates of this process for intervening with it and also it is its fruit. This referencial picture propitiates the analyzes of the underlying conceptions to the materialize pastoral performances in the definitive period. Finally, if it evidences that the pastoral action does not restrict to the liturgical environment, but occupies the streets, it specialize in the public dominions provoking conflicts, therefore it is stimulated by the conflicts.

Key-words: pastoral action, agrarian question, agricultural worker, conflicts.

Introdução

Esse texto é uma leitura geográfica da ação pastoral desenvolvida pela Diocese de Presidente Prudente (SP), no período histórico de 1976 até 2005.

A ação pastoral contribui, interfere e é fruto de um dinâmico processo, no interior do qual encontram-se interceptados aspectos geográficos, econômicos, sociais, políticos, culturais e religiosos.

A leitura geográfica é resultado do debate de quatro paradigmas: dois dos quais discute a questão agrária e dois a ação pastoral.

A discussão da questão agrária faz-se com dois paradigmas: o paradigma do capitalismo agrário e o paradigma do camponato. Já a discussão da ação pastoral faz-se com dois paradigmas eclesiais: o paradigma da Igreja como cristandade e o paradigma da Igreja como Povo de Deus.

O Pontal do Paranapanema é um território no interior do qual estão presentes diferentes ações sociais responsáveis por inúmeros conflitos advindos da grilagem da terra e da luta pela reforma agrária. A ação pastoral participa desse processo pela sua interferência e também é fruto dele.

Esse quadro referencial propicia a análise das concepções subjacentes às atuações pastorais concretizadas no período determinado.

Por fim, a leitura geográfica aqui proposta revela que a ação pastoral não se restringe ao ambiente litúrgico apenas, mas ocupa as ruas, espacializa-se nos domínios públicos provocando conflitos, pois é impulsionada pela conflitualidade.

Ação pastoral e questão agrária: teoria e método

A leitura geográfica aqui desenvolvida é interessante por estar numa região do Estado de São Paulo com inúmeros conflitos fundiários envolvendo posseiros, grileiros, trabalhadores rurais e governo.

Para compreender melhor esta questão, é preciso uma breve retrospectiva histórica da ocupação do Pontal do Paranapanema. As terras da região começaram a ser griladas desde a segunda metade do século XIX, com a formação do grilo fazenda Pirapó-Santo Anástacio, com área de duzentos e trinta e oito mil alqueires. Até a década de 1990, com exceção das lutas de resistência de posseiros e de movimentos sociais isolados, os grileiros não encontraram maiores problemas no processo político de assentamento das terras devolutas do Pontal. Grilagem é o processo de apropriação de terras públicas por meio de falsificação dos títulos de propriedades. Não faltaram ações do Estado para tentar impedir esse processo de grilagem. (BERGAMASCO et. al., 2003, pp. 81-82)

O que significa refletir sobre o desenvolvimento territorial rural num contexto como esse? Qual desenvolvimento? Desenvolvimento para quem?

O desafio de quem se põe a refletir neste contexto, poderá contar com autores que, no passado produziram interessantes pesquisas e teorias sobre desenvolvimento, como Caio Prado Júnior (2000), Alberto Passos Guimarães (1989) e Celso Furtado (1964,1974), entre outros.

Para Alberto Passos Guimarães, um determinado tipo de desenvolvimento só se implantará com sucesso se tiver força para exigir o fim da coação feudal e da coação extra-econômica sobre o trabalhador. Força para ordenar a necessária destruição dos monopólios da terra e das relações coercitivas entre o coronel e o morador agregado ou o meeiro. Força para determinar o fim de todas as relações arbitrárias dos senhores da terra e também da produção voltada exclusivamente à exportação.

Na interpretação de Caio Prado Júnior o desenvolvimento implantado no Brasil, desde o período colonial, engendrou um modelo de dependência e subordinação da economia brasileira dentro do contexto internacional do capitalismo comandado pelos seus centros financeiros. Os trustes de ontem são as multinacionais ou transnacionais de hoje a serviço do imperialismo econômico mundial.

Já Celso Furtado, ao analisar a economia brasileira, entende que o subdesenvolvimento é um aspecto do modo pelo qual o capitalismo industrial vem crescendo e se difundindo desde o seu surgimento. A introdução de inovações tecnológicas em uma cultura não se efetiva sem suscitar resistências e estas, as mais das vezes, se manifestam através de conflitos sociais. Consta que a difusão mundial do progresso técnico e os decorrentes incrementos da produtividade não tenderam a liquidar o subdesenvolvimento.

Num país de dimensão continental a questão agrária é tema central e, para compreendê-la, há diferentes concepções teóricas, dentre elas se destacam dois paradigmas: o paradigma do capitalismo agrário e o paradigma do campesinato.

Os teóricos do capitalismo agrário como, por exemplo, Lamarche (1993, 1998), Abramovay (1992) e Veiga (1991) entendem que o futuro do camponês é sua extinção, pois o agricultor familiar é um novo personagem diferente do camponês tradicional que teria assumido sua condição de produtor moderno totalmente integrado ao mercado racionalizando ao máximo sua produção.

Outra é a compreensão dos teóricos do campesinato, entre eles Teodor Shanin (1983), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1988, 1991) e Bernardo Mançano Fernandes (1996, 1999, 2000, 2001). São autores que entendem que a criação e a recriação do camponês está na luta pela terra e pela reforma agrária. Portanto o seu futuro não está na sua integração ao mercado, mas na luta pela terra. Sem a luta pela terra o camponês deixa de ser camponês.

No que consiste as teorias do capitalismo agrário?

Lamarche (1993) parte da hipótese de que é possível encontrar um tipo ideal único de campesinato universal. Esta hipótese inspirou seu estudo comparativo internacional realizado em cinco países, dentre eles o Brasil, sobre a capacidade de adaptação da agricultura familiar a contextos econômicos, sociais e políticos distintos. O tipo ideal de sociedade camponesa possui cinco características: a) autonomia relativa diante da

sociedade; b) sistema econômico autônomo; c) um determinado grupo doméstico; d) os inúmeros inter-relacionamentos; e) algumas personalidades fazem a ponte entre o local e o geral.

A exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola, onde propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família propiciando a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração.

A combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais. Desta forma, a exploração familiar é ao mesmo tempo uma memória, uma situação, uma ambição e um desafio.

Lamarche (1993) explica que um determinado explorador está em uma lógica produtivista, outro na lógica de acumulação fundiária e outro em uma lógica familiar. Essa só elucida se analisada e compreendida em seu contexto no âmbito local e global.

Abramovay (1992) entende que não existe uma discussão específica sobre o campesinato e a questão agrária nas obras de Marx, Lênin e Kautsky. Elas não são as obras mais indicadas para quem quer conhecer e compreender a questão agrária e suas dimensões, vez que, por intermédio delas, é impossível definir a natureza e a origem dos rendimentos dos camponeses, pois

a atividade produtiva que dá origem a sua reprodução não tem o estatuto de trabalho social e é neste sentido que o campesinato só pode se constituir naquele grupo de bárbaros de que falava Marx. (ABRAMOVAY, 1992, p. 36)

Para Abramovay o mercado é o elemento de mediação e compreensão das relações sociais interessando apenas a produção de mercadoria, elegendo, portanto, critério predominantemente econômico “no qual a natureza dos mercados é um dos atributos microeconômicos mais reveladores da vida social” (ABRAMOVAY, 1992, p. 104).

Neste contexto “nada mais distante da definição do modo de vida camponês que uma racionalidade fundamentalmente econômica” (ABRAMOVAY, 1992, p. 115), fazendo Abramovay sentir-se autorizado em defender certas concepções como, por exemplo, a de que o camponês possui cultura e economia incompleta, parcial impossibilitando sua participação em mercados completos desenvolvidos pela economia capitalista.

O camponês é a melhor definição de resto feudal, um resquício, classe que representa a barbárie, um estorvo, uma vez que “as sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis” (ABRAMOVAY, 1992, p. 130). O camponês por ter cultura e economia incompleta não consegue participar das relações mercantis e, portanto, está irremediavelmente fadado à extinção.

Veiga (1991) entende que, enquanto os camponeses, freqüentemente se retiram do mercado, sem por isso deixarem de ser camponeses; os agricultores familiares operam em mercados de produtos e fatores completamente desenvolvidos atuando no bojo de uma verdadeira revolução tecnológica.

Como forma de diferenciar camponês de agricultor familiar Veiga (1991) destaca alguns argumentos e elementos tais como: a integração ao mercado, o papel determinante do Estado no desenvolvimento de políticas públicas e a incorporação de tecnologias. Para ele o governo federal elegeu o agricultor familiar como principal elemento do desenvolvimento rural impulsionando o progresso no campo pelo uso de tecnologia moderna.

É preciso considerar, por outro lado, que o modelo original do campesinato brasileiro reflete as particularidades dos processos sociais mais gerais, da própria história da agricultura brasileira, a dominação econômica, social e política da grande propriedade; a marca da escravidão e a existência de uma enorme fronteira de terras livres ou passíveis de serem ocupadas pela simples ocupação e posse.

O paradigma do campesinato defende a hipótese de que a luta pela terra e pela reforma agrária é a forma privilegiada da criação e recriação do campesinato. Espaço,

sujeito e tempo são analisados dialeticamente, constatando que, ao aumentar a concentração de terras, aumenta simultaneamente o número de camponeses em luta. Shanin (1983), prova que a mobilidade sócio-econômica peculiares e características da sociedade camponesa conduziram a mudanças significativas no modo em que a diferenciação real e os processos de polarização afetaram a ação e a consciência políticas do campesinato russo no início do século XX (1910-1925).

Só discutir o choque entre as autoridades estatais russas e as maiores vozes do campesinato não ajuda ver que no campo há outras divisões sociais. Mostra a relação entre a mobilidade sócio-econômica e as relações de conflito na sociedade rural indicando sua importância para a explicação dos processos básicos da história rural russa.

A unidade doméstica camponesa consiste na família e na sua exploração agrícola. A família fornece o trabalho necessário principalmente à produção de subsistência para satisfazer suas necessidades básicas e os tributos impostos pelos poderes econômicos e políticos.

Era uma comunidade de mesa, antes de ser uma comunidade de sangue, sob a autoridade patriarcal,

una unidad doméstica campesina rusa estaba compuesta, em la mayoría de los casos, por familiares consanguíneos de dos ou tres generaciones. Sin embargo, la condicion básica para convertirse em miembro de la misma no era el vínculo de sangre, sino la participacion total en la vida de ésta, o, em expresion de los campesinos, 'comer Del mismo puchero'. (SHANIN, 1983, p. 55)

A unidade doméstica camponesa era uma unidade básica de produção, consumo, posse, socialização, sociabilidade, apoio moral e ajuda econômica mútua. A ocupação principal dos camponeses russos consistia na realização de uma ampla variedade de tarefas, o que exigia um ritmo de vida cíclico, uma mobilidade multidirecional e cíclica. Ariovaldo Umbelino de Oliveira entende que “o processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura de nossos dias está marcado pela sua industrialização” (1991, p. 23).

O movimento dos camponeses no Brasil é tentativa de resgate da condição de camponês autônomo frente à expropriação representada pelos posseiros e sua luta contra os grileiros. É também um movimento originado na luta dos camponeses parceiros ou moradores contra a expropriação completa no seio do latifúndio, que os transformava em trabalhadores assalariados.

O desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo se dá em primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda da terra ao capital quer pela compra da terra para explorar ou vender, quer pela subordinação à produção do tipo camponês, assim:

o fundamental para o capital é a sujeição da renda da terra, pois a partir daí, ele tem as condições necessárias para sujeitar também o trabalho que se dá na terra. Primeiramente, o capital sujeita a renda da terra e em seguida subjuaga o trabalho nela praticado. (OLIVEIRA, 1991, p. 49)

Nesse contexto, a luta pela terra está assentada no processo contraditório de desenvolvimento do capital que, ao mesmo tempo em que expropria, abre possibilidade histórica do retorno a terra. Esses dados proporcionam compreender os conflitos fundiários constantes no Brasil como parte de uma luta histórica, que, nas duas últimas décadas têm assumido novas características, em virtude das transformações recentes no campo brasileiro.

Se a mundianização da economia capitalista traz à tona novos sujeitos sociais e novas articulações, igualmente e contraditoriamente, traz também à tona a luta de novos personagens sociais: basta olharmos para o México, e lá estão os zapatistas em luta. Com certeza a história não acabou, e muito menos a utopia. (FERNANDES, 1996, p. 11)

Na produção científica de Bernardo Mançano Fernandes a (re) criação do campesinato se dá através da luta pela terra e pela reforma agrária, quando as famílias camponesas organizadas ocupam o território do latifúndio num processo de espacialização e territorialização. Logo,

é no interior desse processo desigual que se desenvolvem a exploração econômica, a exclusão cultural e a dominação política, gerando os conflitos e as mais diversas formas de resistência. No interior desse processo formam-se diferentes movimentos sociais que inauguram novas situações, desenvolvem outros processos. (FERNANDES, 1996, p. 25)

Analisa Fernandes (1999) as raízes de um desses movimentos sociais do campo, o MST, que do ponto de vista socioeconômico e histórico tem sua gênese no Sul (do Brasil) pela histórica concentração de camponeses; do ponto de vista ideológico, pelo trabalho desenvolvido pela Igreja Católica e Luterana e do ponto de vista político pelo processo de democratização do país.

Aprofundou suas reflexões analisando as diferentes ações nos últimos vinte e cinco anos da existência do MST que se encontra organizado em vinte e dois estados do Brasil. Suas principais ações são: ocupação, trabalho de base, acampamento, negociação política, organicidade, espacialização e territorialização.

A ocupação é uma realidade determinadora, é espaço/tempo que estabelece uma cisão entre latifúndio e assentamento e entre o passado e o futuro. Nesse sentido, para os sem-terra a ocupação, como espaço de luta e resistência, representa a fronteira entre o sonho e a realidade, que é construída no enfrentamento cotidiano com os latifundiários e o Estado. (FERNANDES, 2000, p. 19)

Fernandes (2001) entende que só as ocupações de terra não são suficientes para amenizar os problemas, assim também como apenas as políticas governamentais também não o são. As referências teóricas e as experiências históricas são fundamentais para a construção de novas práticas na luta contra o capital. A partir dessas referências são construídas novas interpretações, novas teses.

Portanto o debate da questão agrária quer discutir o desenvolvimento a partir de dois paradigmas distintos, porque são responsáveis por compreensões diferentes e promovem leituras específicas da mesma realidade.

A ação pastoral diocesana atua nesta mesma realidade promovendo interferência e contribuindo de forma eficaz.

Compreender a essência da ação pastoral implica analisar determinadas concepções subjacentes a elas e que são encarregadas de legitimá-la, justificá-la e limitar sua abrangência. Em outras palavras, no âmago da mesma tais concepções estão implícitas como suporte teórico e intelectual. Portanto, nelas materializam-se as concepções eclesiais, morais, teológicas, litúrgicas, bíblicas, etc.

Questioná-las implica em discutir os seus paradigmas.

Existem dois paradigmas principais que, após o Concílio Vaticano II, estão presentes nos documentos oficiais da Igreja e nas produções acadêmicas. Trata-se do paradigma da Igreja como cristandade (MUNOZ, 1979) e da Igreja como Povo de Deus (COMBLIM, 2002).

O paradigma da cristandade concebe a Igreja como sociedade perfeita (*societas perfecta*), vale dizer que se trata de uma organização piramidal, imperial, vertical, autoritário, na qual o povo tem posição passiva, pois cabe a ele apenas receber e consumir os valores religiosos produzidos alhures. Assim, a única realidade visível da Igreja é a hierarquia e só existe a partir dela – a hierarcologia – uma concepção jurídica, cuja força se faz sentir desde o século XI. Na prática é a concretização do modelo neoliberal, cuja lógica consiste no desenvolvimento de um determinado negócio (a venda de ilusões) que se pode chamar “sacronegocio”, cuja força e pujança advém da aliança com os poderes mundanos da

política e da economia. A tão conhecida aliança Igreja – Estado, de mentalidade burguesa, que a exemplo da burguesia, nega a luta de classes. É a Igreja prisioneira dos poderes do mundo.

O paradigma da Igreja como Povo de Deus possui concepção completamente distinta do paradigma da cristandade. De estilo fraternal e comunitário, postula ter na Igreja uma hierarquia cujo poder só faz sentido se for transformado e vivido no serviço aos empobrecidos. Assim ela é mais carisma que poder (BOFF, 1981). É a Igreja dos pobres como a chamava o Papa João XXIII. Carrega uma concepção de povo, proposta de forma brilhante, por um mártir latino-americano, o arcebispo de El Salvador, Dom Oscar Romero:

O povo compõe-se das seguintes pessoas: 1) as maiorias populares formadas pelo povo que vive em condições desumanas de pobreza, em razão não da sua preguiça, da sua fraqueza ou da sua incapacidade, mas pelo fato que maiorias são exploradas e oprimidas por estruturas e instituições injustas por países opressores ou por classes exploradoras, que constituem, como conjunto orgânico, a violência estrutural e institucionalizada; 2) as organizações populares reprimidas na sua luta para dar ao povo um projeto popular e um poder popular que lhe permita ser autor e ator do seu próprio destino; 3) todos aqueles, organizados ou não, que se identificam com as justas causas populares e que lutam em seu favor. Dois elementos formam o povo: a pobreza e a luta pra sair da pobreza. (COMBLIN, 2002, p. 160)

É a Igreja dos mártires, a qual conserva e venera a memória das vítimas da violência, como forma de aumentar sua consciência de Povo de Deus encarnado na luta por vida digna. É a Igreja profética a viver do e no Espírito Santo presente nos milhões de discípulas e discípulos de Jesus. “A Igreja é povo de servidores” (Puebla 270). “Povo sacerdotal, investido de sacerdócio universal” (Puebla 269).

Assim, a leitura geográfica da ação pastoral diocesana estabelece um debate interessante por comparar teorias diferentes sobre a mesma realidade.

Neste debate as ciências humanas contribuem com suas teorias sobre a compreensão do desenvolvimento, a discussão da questão agrária questiona dois paradigmas atuais: o do capitalismo agrário por afirmar que o camponês só continuará existindo se se transformar em agricultor familiar e o do campesinato por afirmar que a existência do camponês se deve à luta pela terra e pela reforma agrária.

A ação pastoral participa do debate por propiciar a discussão de dois paradigmas eclesiais: Igreja da cristandade e o da Igreja Povo de Deus.

Defendo a hipótese de que o paradigma do campesinato é a melhor vertente teórica para compreender e discutir a questão agrária, porque ela faz emergir debates a partir e com as multidões excluídas, a massa sobrando, pessoas sem voz e sem vez. Concebe a vida humana não é um conceito, uma idéia, mas o modo de realidade de cada ser humano concreto.

Defendo a hipótese de que o paradigma da Igreja como Povo de Deus é a vertente teórica mais adequada para a caminhada eclesial no início do século XXI, por colocar, com sabedoria e astúcia, a questão do discípulo de Jesus sem fugir dos conflitos que esse engendra. Conflitos advindo da escolha que Deus faz no mundo optando pelos que não são para confundir os que são. Jesus escondeu a boa nova dos “sábios e entendidos” e as revelou aos pequeninos, explicando detalhadamente a boa nova às prostitutas.

O Pontal do Paranapanema: a ação pastoral e a luta pela terra

O modelo de desenvolvimento engendrado pelos movimentos camponeses no Brasil é a reação à agressão do modelo norte-americano, que, desde a década de 1990, as elites nacionais dependentes implantaram como forma de maquiagem o velho latifúndio. Ocupar esse latifúndio e nele produzir alimentos de primeira necessidade, constitui a mais importante

tarefa desse modelo no Brasil, nas últimas quatro décadas. Assim explica Fernandes (2001, pp. 61-62):

A ocupação, como forma de luta e acesso à terra, é um contínuo na história do campesinato brasileiro. Desde o princípio de sua formação, os camponeses em seu processo de criação e recriação ocuparam terra. Nas últimas quatro décadas, os posseiros e os sem-terra são os principais sujeitos dessa luta. Todavia, é fundamental diferenciar os posseiros dos sem-terra. Em uma das entrevistas que fiz no estado de Goiás, perguntei a um sem-terra: que diferença havia entre ele e um posseiro, e ele me respondeu: *os posseiros ocupam lá pra aqueles trem escanteado, nós ocupamos aqui, nas beiras das BRs*. Essa resposta é significativa porque remete a diferentes espaços e ações distintas. Os posseiros ocupam terras, predominantemente, nas faixas das frentes de expansão, em áreas de fronteira. Com o avanço da frente pioneira, ocorre o processo de expropriação desses camponeses, desenvolvido principalmente pela grilagem de terra por latifúndios e empresários. Os sem-terra ocupam terras, predominantemente, em regiões onde o capital já se territorializou. Ocupam latifúndios – propriedades capitalistas- terras de negócio e exploração – terras devolutas e/ou griladas. As lutas por frações do território – os assentamentos – representam um processo de territorialização na conquista da terra de trabalho contra a terra de negócio e de exploração.

A resistência e a luta pela terra são os meios de criação e recriação do campesinato, como entende Fernandes (2000, 2001, 2005) e Bastos (1984), para os quais, a luta pela terra é a principal condição para que o camponês negue ao mercado a venda de sua força de trabalho. A necessária luta pela Reforma Agrária é simultaneamente a luta contra três cercas: a do latifúndio, a do capital e a da ignorância, no entender de Stedile e Fernandes (1999). A existência do campesinato é garantida pela resistência e luta, sua reprodução e existência residem mais nas lutas do que na capacidade e eficiência em produzir mercadorias como demonstra Fabrini (2003).

Desta forma, no Pontal do Paranapanema e, em dimensões nacionais, por todo o Brasil, o futuro se dá no confronto da implantação de um determinado modelo de desenvolvimento territorial rural. Neste confronto se destaca a questão da territorialidade e da conflitualidade como demonstra Fernandes (2005). O agronegócio forma o seu espaço e ocupa o seu território com a lógica da concentração de terras, uma vez que precisa de largas faixas territoriais para a utilização adequada dos seus maquinários, alguns deles guiados por satélite, instalando assim, um enorme complexo agroindustrial de formidável produtividade. Outra é a lógica dos movimentos camponeses: não são adeptos do produtivismo e seu potencial de produção de alimentos está na diversidade e na utilização dos recursos naturais.

Os movimentos camponeses forma o seu espaço e ocupa o seu território com a lógica da distribuição de terras organizando as famílias dos trabalhadores nas periferias das cidades e, a partir daí formam os acampamentos. Dos acampamentos à ocupação de terra e nela plantar alimentos de primeira necessidade. Portanto, as formações de espaço e as ocupações dos territórios são distintas nos dois modelos.

Fernandes analisa simultaneamente o conflito por terra e o desenvolvimento territorial rural, por entender que o...

conflito agrário e desenvolvimento são processos inerentes da contradição estrutural do capitalismo e paradoxalmente acontecem simultaneamente. [...] A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais. (FERNANDES, 2005, pp. 1-2)

A ação pastoral compreendida como um conjunto de relações sociais desenvolvidas por um coletivo, num determinado espaço geográfico, produz e, simultaneamente, é produto desse movimento de conflitualidade.

De fato a atuação da diocese, desde 1960 no oeste do Estado de São Paulo, contribui e interfere neste movimento de conflitualidade, por se constituir em uma das organizações sociais a atuar neste contexto. Assim, sua ação tende a ser favorável, direta ou indiretamente, a um ou a outro modelo acima descrito. O fato de não apoiar um já se constitui em apoio ao outro, pois de forma alguma sua ação é neutra, e, sua opção política se faz sentir implícita ou explicitamente, como se verá mais adiante.

A Diocese de Presidente Prudente foi instalada no dia 02 de julho de 1960 e a responsabilidade foi exercida pelos seguintes bispos e respectivos períodos de atuação pastoral: de 1960 a 1968 Dom José de Aquino Pereira; de 1970 a 1975 Dom José Gonçalves da Costa, de 1976 a 2002 Dom Antônio Agostinho Marochi e 2002 até a presente data Dom José Maria Libório Camino Saracho. Esta análise se restringirá às atuações dos dois últimos bispos em virtude da contemporaneidade delas.

Igreja como cristandade é o modelo que predominava nas ações pastorais na diocese até abril de 2002, a constatar por algumas posturas do bispo diocesano de então.

A postura dele, como presença da Igreja, quando participou de reunião ao lado de duas outras autoridades municipais – do juiz diretor do Fórum local e do prefeito de Presidente Prudente, no gabinete deste – com as lideranças do MST, com a finalidade de amedrontar e impedir a entrada dos trabalhadores rurais sem-terra na cidade. Era outubro de 1991, quando, mas de 700 trabalhadoras e trabalhadores rurais sem-terra, entre mulheres, crianças, homens e anciãos percorreram, a pé, 135 quilômetros. Desde Mirante do Paranapanema, passando por Santo Anastácio, Presidente Bernardes, Álvares Machado, onde realizaram atos públicos. A marcha dos sem-terra serviu para conquistar a opinião pública local e também divulgar a luta pela terra e pela dignidade da pessoa humana.

Há, portanto, uma aliança unindo as forças políticas, judiciárias e eclesiais com a finalidade de opor resistência ao movimento dos camponeses. Esse modelo de Igreja aceita e acolhe a união das forças reacionárias como a UDR, os partidos políticos de direita na pessoa de Agripino de Oliveira Lima e os latifundiários grileiros.

Outra postura dele foi proibir os padres de prestarem a assistência religiosa às famílias dos trabalhadores rurais sem-terra que moram nos acampamentos e assentamentos instalados dentro do perímetro diocesano. “Foi preciso convidar dois padres do outro lado do rio (Paranapanema) para realizarem 120 batizados no acampamento Taquaruçu” (FELÍCIO, 1997).

Como autoridade eclesial não permitia na diocese a organização das Ceb's, da CPT, do CEBI e ordenou o fechamento dos espaços das comunidades à essas iniciativas.

Os membros das Ceb's ao retornarem de São Luiz do Maranhão precisavam se reunir com sua coordenação diocesana. Na cidade de Presidente Prudente a única acolhida foi no Sindicato dos Bancários. As portas dos salões comunitários e das igrejas estavam fechadas para os Ceb's. Àqueles que construíram os salões comunitários e as igrejas foram impedidos de entrar. (FELÍCIO, 1997)

É o modelo de Igreja Povo de Deus que vem predominando nas ações pastorais da Diocese de Presidente Prudente desde abril de 2002, como se pode constatar por algumas posturas do seu atual bispo diocesano.

No seu primeiro pronunciamento, ao chegar na diocese, a respeito dos conflitos fundiários declara que,

a Igreja está totalmente com eles (movimentos que lutam pela reforma agrária) e vamos lutar para que o governo tome uma providência e dê terra para quem quer trabalhar. Também vamos lutar por uma reforma agrária

justa e que dê condições para o povo viver. Todos os movimentos sociais merecem respeito e devem ser ouvidos, para que os problemas de conflito no campo sejam sanados. O governo tem de resolver e nós temos de lutar junto com eles para que isso aconteça. Olhar para eles (os movimentos camponeses) com carinho. Mas sem violência, que é repudiada por nós. Em um país como este, é uma vergonha milhares de pessoas passarem fome. A Igreja tem que trabalhar para que isso seja resolvido. (JORNAL IMPARCIAL, 2002, p. 2-A).

Outra atitude dele, como autoridade eclesiástica, ficou registrada na história da diocese, ao receber, dia sete de setembro de 2004, os mais de duzentos integrantes do 10º Grito dos Excluídos. Neste dia, completamente estavam tomadas todas as dependências da Catedral de São Sebastião, quando eram ordenados dois sacerdotes diocesanos – os padres Paulo Valeriano e Sandro Rogério – Dom José Maria Libório faz circundar o altar, de onde presidia a cerimônia, os cartazes e as bandeiras dos vários movimentos sociais responsáveis pelo Grito dos excluídos. E, antes de fazer seu pronunciamento, colocou a disposição o seu próprio microfone, convidando a fazer uso da palavra os representantes populares.

No seu pronunciamento encorajou a participação do povo na conquista dos seus direitos. Disse que

uma das piores enfermidades do nosso tempo é a indiferença social e a apatia política que tornam as pessoas menos cidadãs e a sociedade menos democrática. É então quase um milagre que, em tantas cidades, os pobres e excluídos consigam se organizar e expressar sua insatisfação e suas justas exigências para a transformação da sociedade. O Grito dos Excluídos não pretende organizar nenhum levante social. Quer unir pacificamente todos os gritos presos em milhões de gargantas e mostrar à sociedade dos ditos excluídos que os empobrecidos e explorados, até hoje, sem voz e sem vez, estão se organizando em um movimento unificado e consciente: O Grito dos Excluídos como espaço ecumênico das mais diversas lutas sociais e movimentos populares. Por isso, é fundamental reforçar o 10º Grito dos Excluídos porque, 'Brasil: mudança pra valer o povo faz acontecer'. Tanto no Brasil, como em toda a América Latina, os níveis de desenvolvimento humano se deterioram e a realidade social não melhora porque a minoria que detêm o poder e a riqueza não quer perder seus privilégios nem aceita partilhar seus lucros, obtidos com a exploração de seu irmãos. (Anuncio nº 5 ano XXXV – outubro de 2004, órgão oficial de comunicação da Diocese de Presidente Prudente)

Na Campanha da Fraternidade de 2004, ele se encarregou de destinar parte da coleta diocesana para que a Cooperlix – Cooperativa de Trabalhadores de Produtos Recicláveis de Presidente Prudente – comprasse um caminhão com a finalidade de aumentar a coleta seletiva do lixo. Foram entregues à cooperativa um montante de vinte e oito mil reais, dinheiro arrecadado em todas as paróquias da diocese. A compra desse caminhão significou, para os cooperados, o aumento de sua produção proporcionando assim, a entrada de outras famílias na cooperativa. Eram famílias desempregadas que deixaram de viver do garimpo no lixão municipal e se transformaram em trabalhadores cooperados com salário digno além da assistência médica e assistência odontológica.

Disto resulta que toda a ação pastoral não é neutra nem imparcial, pois sua inserção no tecido social provoca, necessariamente, resultados que interessam à uma determinada parcela da sociedade.

A ação pastoral e a construção de alternativas: questões de territorialidades e conflitualidades

A ação pastoral com suas repercussões não se restringem ao ambiente litúrgico ou no interior dos espaços eclesiais e comunitários apenas. Ocupam as ruas, espacializam-se nos domínios públicos por intermédio das pessoas e das instituições, provocando questionamentos como, por exemplo: qual a função da ação pastoral na construção de um outro mundo possível? Como constituir uma ação pastoral capaz também de colaborar com as transformações políticas, econômicas, culturais e sociais necessárias para a inclusão das maiorias excluídas?

Tais questionamentos incentivam as análises da ação pastoral utilizando outros conceitos como territorialidade e de conflitualidade, de forma a potencializar juízos, não só dos modelos de desenvolvimento presente no Pontal do Paranapanema, como também, engendrar os fundamentos para novas alternativas críveis e viáveis com as quais construir algo novo, antecipando o futuro.

Território constitui um conceito basilar para a geografia, juntamente com os conceitos de espaço geográfico, paisagem, lugar e ambiente.

Para o geógrafo Manuel Correia Andrade (1995) o conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a idéia de território à idéia de poder, o que conduz à compreensão de território como campo de forças.

Segundo Souza (1995) “territórios são, no fundo, relações sociais projetadas no espaço”. Esta flexibilização do conceito permite tratar de territorialidades como expressão da coexistência de grupos, num mesmo espaço físico em tempos diferentes.

Ensina Fernandes (2005, p. 25) que o conceito de território pode significar o espaço físico em diversas escalas e também espaços sociais em diversas dimensões.

Esses territórios em movimento produzem múltiplas territorialidades e territorializações, desterritorializando e reterritorializando relações sociais, gerando conflitos, negociações, acordos, manifestações, prisões (às vezes mortes), superando e resolvendo problemas, criando-os e recriando-os, desenvolvendo, por meio da contradição, manifestando sua conflitualidade. Portanto, a noção de território somente como espaço físico é insuficiente para se pensar o desenvolvimento territorial.

Desta forma, pensar a ação pastoral como um território, dado que as relações sociais são inerentes a ela, é pensá-la numa concepção que transcenda o espaço físico e recuse suas limitações espaciais. Trata-se de compreendê-la como território, compreendendo esse como espaço social, território imaterial, no interior do qual se reproduzem territorialidades e territorializações por intermédio de ações responsáveis por concretizar a vivência da fé e da constante busca ao seguimento do Jesus, como profeta.

Da mesma maneira, como no tempo do Jesus histórico e como no tempo dos profetas em Israel, tal vivência gera e dinamiza os conflitos por concretizarem iniciativas incomodadas.

As forças populares, autoras destas Iniciativas, a fazem até conseguir alterar o rumo preestabelecido, pelas forças econômicas e políticas, nos diversos níveis. Ainda aprendendo com Fernandes (2005, p. 26) que,

o conflito pode ser enfrentado a partir da conjugação de forças que disputam ideologias para convencerem ou derrotarem as forças opostas. Um conflito pode ser ‘esmagado’ ou pode ser resolvido, entretanto a conflitualidade não. Nenhuma força ou poder pode esmagá-la, chaciná-la, massacrá-la. Ela permanece fixada na estrutura da sociedade, em diferentes espaços, aguardando o tempo de volta, das condições políticas (eclesiásticas, no caso presente) de manifestações dos direitos. [...] Os acordos, pactos e tréguas definidos em negociações podem resolver ou

adiar conflitos, mas não acabam com a conflitualidade, porque esta é produzida e alimentada dia-a-dia pelo desenvolvimento desigual do capitalismo.

Considerações finais

Assim, a ação pastoral além de não poder ser neutra e nem imparcial, é implusionada pela conflitualidade dentro do tecido social, onde, continuamente, desterritorializa e reterritorializa relações sociais, as quais, por intermédio dos conflitos, desafiam, convocam e provocam as forças sociais populares a solucionarem problemas que vão além das suas individualidades.

São pessoas que querem viver sua fé no seguimento de Jesus, por entender que o Reino de Deus se inicia aqui e agora, a partir de seu próprio lugar e condição.

Bibliografia

- ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec, 1992.
- ANDRADE, Manuel Correia. A questão do território no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1995
- BASTOS, Elide Rugai. As Ligas Camponesas. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BOFF, Leonardo. Igreja: carisma e poder. Petrópolis: Vozes, 1981.
- BURBACH, Roger; FLYNN, Patrícia. Agroindústria nas Américas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- COMBLIN, José. O povo de Deus. 2ª. Ed. São Paulo: Paulus, 2002.
- FABRINI, João Edmilson. A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra. Cascavel: Edunioeste, 2003.
- FELICIO, Munir Jorge. O Pontal e os exilados. Jornal Oeste Noticias, Presidente Prudente, 1997, p.1.2
- FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: Pesquisa e MST. São Paulo: Cortez, 2001.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Agronegócio nas Américas: o mito do desenvolvimento e a resistência do campesinato. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – USP, 4860-4874, 2005.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. inédito, 2005.
- FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, Celso. Dialética do desenvolvimento. 2ª ed. São Paulo: Editora Fundo de Cultura, 1964.
- GUIMARAES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- LAMARCHE, Hugues (coord.). A agricultura familiar: uma realidade multiforme. Campinas: Editora Unicamp, 1993.

- LAMARCHE, Hugues (coord.). A agricultura familiar: do mito à realidade. Campinas: Editora Unicamp, 1993.
- LOPES, Mauro de Rezende. Agricultura política: história dos grupos de interesse na agricultura. Brasília: Embrapa, 1996.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. Geografia: pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1988.
- MUNOZ, Ronaldo. Nova consciência da Igreja na América Latina. Petrópolis: Vozes, 1979.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Modo capitalista de produção na agricultura. São Paulo, Ática, 1986
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.
- PRADO JUNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. 39ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992
- SHANIN, Teodor. La clase incomodo. Madrid, Alianza Editorial, 1983.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César; CORRÊA. Roberto Lobato. (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 1999.
- VEIGA, Eli Lopes. O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica. São Paulo: Hucitec, 1991.